

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	XI
INTRODUÇÃO	XIII
CAPÍTULO I – O Sistema de Recursos: sua Evolução e seus Fundamentos	1
1.1 A noção de recurso, suas origens e evolução	2
1.2 Os fundamentos	8
1.3 O duplo grau de jurisdição	9
1.3.1 O duplo grau e a redução das garantias	15
CAPÍTULO II – Princípios do Sistema de Recursos	19
2.1 A taxatividade.....	19
2.2 A voluntariedade.....	21
2.3 A eventualidade.....	23
2.4 A temporariedade.....	24
2.5 A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	25
2.6 A diversidade do órgão.....	25
2.7 A colegialidade.....	27
2.8 A publicidade.....	30
2.9 A singularidade.....	32
2.10 A fungibilidade.....	33
2.11 O desestímulo a recursos protelatórios.....	35
2.12 A exaustividade do sistema recursal.....	38
2.13 O acesso a um tribunal superior para coibir decisões contrárias à lei.....	39
2.14 O acesso subsidiário à jurisdição constitucional	40
CAPÍTULO III – Um Esboço do Sistema Recursal Brasileiro e Causas da sua Falência.....	43
3.1 O conceito legal de recurso.....	43
3.2 Breves noções sobre os recursos do sistema brasileiro.....	46
3.3 Efeitos dos recursos.....	52
3.3.1 Efeito devolutivo.....	53
3.3.2 Efeito suspensivo.....	55
3.4 Falência do atual sistema recursal.....	59
CAPÍTULO IV – Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos.....	65
4.1 Classificação.....	67
4.1.1 Recorribilidade	68
4.1.2 Tempestividade.....	68
4.1.3 Singularidade	69
4.1.4 Adequação.....	71
4.1.5 Preparo.....	72
4.1.6 Regularidade procedimental.....	74
4.2 Pressupostos subjetivos.....	74
4.2.1 Interesse de recorrer	74
4.2.2 Legitimidade para recorrer	76
4.2.3 Inexistência de atos de disposição	78
CAPÍTULO V – Institutos Relacionados à Teoria Geral dos Recursos.....	83
5.1 Duplo grau de jurisdição obrigatório ou remessa necessária.....	83

5.2	Recurso adesivo	88
5.3	Recurso de litisconsorte	92
CAPÍTULO VI – Apelação		95
6.1	Hipóteses de cabimento	96
6.1.1	Exceções	98
6.2	Juízo <i>a quo</i> e juízo <i>ad quem</i>	100
6.3	Efeito devolutivo	101
6.3.1	Questões novas em apelação.....	106
6.4	Efeito suspensivo.....	109
6.4.1	Exceções.....	111
6.5	Procedimento da apelação.....	112
6.5.1	Procedimento no juízo <i>a quo</i>	112
6.5.1.1	No regime do Código de 1973.....	113
6.5.1.2	No regime do Código de 2015.....	115
6.5.2	Procedimento no tribunal <i>ad quem</i> no Código de 1973	116
6.5.2.1	O relator.....	117
6.5.2.2	O revisor	120
6.5.2.3	Pauta de julgamento e preferências.....	121
6.5.2.4	Sessão de julgamento	123
6.5.2.5	Julgamento	124
6.5.2.6	Acórdão	126
6.5.3	Procedimento no tribunal <i>ad quem</i> no Código de 2015.....	127
6.5.3.1	O relator.....	128
6.5.3.2	Pauta de julgamento e preferências.....	133
6.5.3.3	Sessão de julgamento	136
6.5.3.4	Julgamento	137
6.5.3.5	Acórdão	140
CAPÍTULO VII – Agravo		143
7.1	O agravo no Código de 1973.....	145
7.2	O agravo de instrumento no Código de 2015.....	148
7.3	Efeitos.....	149
7.3.1	O efeito suspensivo do agravo no Código de 1973.....	150
7.3.2	O efeito suspensivo do agravo de instrumento no Código de 2015	152
7.4	Hipóteses de cabimento	153
7.5	Formas de processamento do agravo e do agravo de instrumento	160
7.5.1	Procedimento do agravo de instrumento.....	160
7.5.1.1	O relator no Código de 1973	165
7.5.1.1.1	Conversão em agravo retido no Código de 1973.....	166
7.5.1.1.2	Concessão de efeito suspensivo e antecipação da tutela recursal	167
7.5.1.1.3	Pedido de informações e contrarrazões.....	168
7.5.1.1.4	Irrecorribilidade prevista no artigo 527, parágrafo único....	170
7.5.1.2	O relator no Código de 2015	172
7.5.1.3	Conclusão do processamento.....	174
7.5.2	O agravo retido no Código de 1973.....	175
7.5.3	Aspectos procedimentais do agravo retido e comuns ao agravo de instru-mento	176
CAPÍTULO VIII – Embargos Infringentes.....		179
8.1	Origem dos embargos	179
8.2	Hipóteses de cabimento	182
8.2.1	Embargos infringentes em apelação ou ação rescisória no Código de 1973	182

8.2.1.1	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	182
8.2.1.2	Comparação com o artigo 942 do Código de 2015.....	187
8.2.1.3	Efeitos.....	188
8.2.1.4	Aspectos procedimentais	190
8.2.2	Embargos de alçada.....	192
8.2.3	Embargos infringentes do RISTF.....	193
CAPÍTULO IX – Embargos de Declaração		195
9.1	Hipóteses de cabimento	198
9.2	Juízos <i>a quo e ad quem</i> nos embargos de declaração.....	200
9.3	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	201
9.4	Efeitos.....	206
9.5	Facultatividade ou obrigatoriedade dos embargos de declaração.....	210
9.6	Procedimento dos embargos de declaração	212
CAPÍTULO X – Recursos Extraordinários.....		215
10.1	Origens.....	215
10.2	Sistema vigente.....	223
10.3	Automatismo recursal	227
CAPÍTULO XI – Recurso Especial		231
11.1	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	232
11.1.1	Decisão final de um tribunal de segundo grau	232
11.1.2	Questão federal.....	234
11.1.3	Espécies de questão de Direito Federal.....	238
11.1.4	As súmulas que dispõem sobre a admissibilidade do recurso especial.....	241
11.2	Efeitos.....	249
11.3	Aspectos procedimentais	253
11.3.1	Recurso especial contra decisão interlocutória.....	260
11.3.2	Indeferimento do recurso especial pelo presidente do tribunal <i>a quo</i> no Código de 1973	262
11.3.3	Interposição simultânea de recurso especial e extraordinário	264
11.3.3.1	Crítica à solução para a prejudicialidade entre recurso especial e recurso extraordinário	265
11.3.3.2	Outras hipóteses no regime do Código de 1973.....	268
11.3.4	Recurso especial repetitivo.....	268
11.3.4.1	A suspensão de recursos ou de processos.....	272
11.3.4.2	Pressupostos de admissibilidade do incidente	273
11.3.4.3	Outras questões relevantes.....	274
CAPÍTULO XII – Recurso Extraordinário		279
12.1	Hipóteses de cabimento	279
12.2	Pressupostos de admissibilidade.....	280
12.2.1	Repercussão geral.....	284
12.2.1.1	Procedimento da repercussão geral	287
12.3	Efeitos do recurso extraordinário.....	289
12.4	Recurso extraordinário repetitivo	290
12.5	Outras questões	291
CAPÍTULO XIII – Embargos de Divergência.....		293
13.1	Hipóteses de cabimento	293
13.2	Pressupostos específicos de admissibilidade.....	294
13.3	Efeitos.....	296
13.4	Procedimento.....	297

CAPÍTULO XIV – Recurso Ordinário	299
CAPÍTULO XV – Outros Recursos e Sucedâneos Recursais	305
15.1 O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário no Código de 2015	306
15.2 Agravo interno.....	307
15.3 Agravo regimental.....	312
15.4 Pedido de suspensão de liminar ou de segurança	314
15.5 <i>Habeas corpus</i>	317
15.6 Mandado de segurança.....	318
15.7 Reclamação ou correição parcial.....	319
15.8 Reclamação para o STF ou para o STJ e no Código de 2015	321
15.9 Intervenção federal	324
15.10 Recursos inominados nos juizados especiais	326
CAPÍTULO XVI – Ação Rescisória.....	331
16.1 Pressupostos	333
16.1.1 Sentença ou decisão de mérito	333
16.1.2 Coisa julgada.....	334
16.1.3 Nulidade da sentença ou erro de julgamento.....	336
16.2 Hipóteses de cabimento	336
16.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	337
16.2.2 Impedimento ou incompetência absoluta	338
16.2.3 Dolo, coação, simulação ou colusão	339
16.2.4 Ofensa à coisa julgada.....	340
16.2.5 Violação à lei ou a norma jurídica	342
16.2.6 Falsidade da prova.....	345
16.2.7 Documento novo ou prova nova	346
16.2.8 Invalidação de confissão, desistência ou transação.....	348
16.2.9 Erro de fato.....	349
16.3 Legitimidade	350
16.4 Aspectos procedimentais	351
16.4.1 Prazo para ajuizamento.....	351
16.4.2 Competência	355
16.4.3 Requisitos específicos da petição inicial.....	356
16.4.4 Efeitos da citação	358
16.4.5 Reconvenção	359
16.4.6 Conciliação e provas.....	359
16.4.7 Ação rescisória de ação rescisória.....	360
16.4.8 Efeitos do julgamento.....	361
16.4.9 Recursos cabíveis	364
16.4.10 Querela de nulidade.....	364
16.4.11 Conclusão do procedimento.....	365
CAPÍTULO XVII – Incidentes de Uniformização de Jurisprudência e de Assunção de Competência	367
17.1 O incidente de uniformização de Jurisprudência do Código de 1973	368
17.2 O incidente de assunção de competência.....	369
CAPÍTULO XVIII – Ações e Incidentes do Controle de Constitucionalidade das Leis e dos Atos Normativos	373
18.1 Breve histórico.....	373
18.2 Controle incidental e controle concentrado	376
18.3 Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN.....	381
18.3.1 Objeto.....	381

18.3.2	Elementos individualizadores	383
18.3.3	Legitimidade.....	385
18.3.4	Interesse de agir e pertinência temática.....	386
18.3.5	Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	386
18.3.6	Tutela cautelar	387
18.3.7	Decisão final	388
18.4	Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC.....	389
18.5	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF	391
18.6	Controle incidental de constitucionalidade.....	394
CAPÍTULO XIX – Homologação da Sentença Estrangeira.....		399
19.1	Requisitos	401
19.2	Natureza jurídica.....	403
19.3	Aspectos procedimentais	404
CAPÍTULO XX – Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....		408
20.1	Legitimidade	409
20.2	Efeitos da instauração e procedimento	409
20.3	Efeitos da decisão do incidente	411
20.4	Considerações finais	412
BIBLIOGRAFIA		415